

Falha em distinguir a *idéia* da *pessoa*

Quando alguém confunde atacar uma *idéia* com atacar a *pessoa* que a propôs, surge o Ad Hominem. Nesse caso, é importante reparar que o foco de atenção deve ser sobre o argumento e suas premissas, e não sobre o caráter ou qualquer outra característica da *pessoa* que o propôs. Observe que no decorrer deste livro critiquei o trabalho de diversos autores, sendo que

crítica

Algumas *peçoas* podem ficar melindradas e ofendidas quando suas *idéias* são criticadas. É freqüente que essas *peçoas* partam, a partir disso, para a ofensa pessoal, pois pensam que se alguém criticou a *sua* *idéia*, está criticando a *ela*, *peçoas*. Confundem a *peçoas* com suas *idéias*. Isto está errado. Se fosse o contrário — ou seja, se não pudéssemos criticar as *idéias*, porque estaríamos ofendendo a *peçoas* —, então *nenhuma* *idéia* poderia ser criticada, já que todas as *idéias* partem necessariamente de alguma *peçoas*. Assim, não haveria pensamento crítico e como conseqüência, ninguém se preocuparia em discordar e apontar eventuais falhas no pensamento dos outros. Ficariamos todos nós trancados em nossa ignorância solitária. O ser humano não cresceria através do debate e — exagerando um pouquinho — estaríamos todos caçando javalis com arco e flecha.

ocasionalmente fui até mesmo duro nessas críticas. Mas em nenhum momento critiquei *os autores* em si, apenas *suas idéias*. Nem sempre isto é bem recebido e é comum receber uma acusação raivosa por se estar fazendo isso. [☞ crítica] Em outros casos, pode ocorrer um efeito diferente: considera-se correto um argumento não baseado em suas pre-

missas, mas sim em quem as proferiu. Este é o caso da falácia Apelo à Autoridade, na qual se pode usar a opinião de alguém notável, mas sem especialidade no assunto em questão, como motivo para se acreditar em uma argumentação.

Distinção entre *afirmação* e *evidência*

É freqüente a confusão entre uma *afirmação* ou opinião e uma *evidência* (fato). Para sustentar argumentos, precisamos usar *evidências*, e não *afirmações* ou opiniões. *Afirmações* devem ser usadas no máximo como conjecturas temporárias para demonstração de um ponto secundário [☞ absurdo], mas não como o principal apoio de

absurdo

Uma *afirmação* sem sustentação em *evidências* tem um uso justificável quando estamos tentando montar uma demonstração por *redução ao absurdo*. Neste caso, supomos que a *afirmação* seja verdadeira e dela concluímos — através de um raciocínio logicamente válido — alguma coisa que possa ser rapidamente vista como absurda. Isto colocará em dúvida as premissas — e particularmente a *afirmação* que se fez —, de forma a desacreditá-la.

um argumento que propomos como sólido. Uma outra falha de distinção típica ocorre quando se confunde *explicação plausível* com *evidência*. A simples existência de uma possível explicação não é uma evidência sólida o suficiente para apoiar um argumento, a não ser que essa explicação seja inquestionável ou altamente provável.

Distinção entre *familiaridade e validade*

Existe uma tendência em se considerar coisas familiares como verdadeiras e coisas desconhecidas — ou novas — como falsas. Nada disto é justificável por si só. A falácia do Apelo à Tradição se utiliza muito destas noções erradas. É interessante que o oposto também é falacioso: o Apelo ao Novo comete este erro de distinção às avessas, ao achar que aquilo que é novo é automaticamente melhor do que aquilo que é velho (já vimos algo sobre isto no Capítulo 4).

Distinção entre *freqüentemente e sempre*

Uma premissa que afirme que uma coisa ocorre freqüentemente, não pode ser entendida como dizendo que essa coisa ocorre *sempre*. Essa confusão irá permitir a montagem de argumentos inválidos, que usem proposições categóricas muito mais fortes do que suas premissas garantem. Da mesma forma, não se pode confundir *raro* com *nunca*. Uma situação pode ser rara mas isto não implica que o evento nunca possa acontecer.

Distinção entre *crença e verdade*

Uma crença é uma proposição que temos em nossa mente, em geral de forma não justificada. Tomada de forma isolada, essa crença não pode ser interpretada como sendo uma “verdade”. É, quando muito, uma suspeita, uma hipótese, algo com o qual podemos iniciar nosso processo de investigação. Suponha, por exemplo, que você tenha entrado no prédio onde trabalha de manhã cedo. Ao entrar, você viu que as nuvens no céu estavam “carregadas” e cinzas. Você se lembrará de que ontem foi a mesma coisa, e choveu. É natural que conjecture que hoje também possa chover durante o dia. Se não houver janelas em seu escritório, você ficará com uma crença em sua mente de que pode ter chovido. Assim, logo antes de sair para o almoço, você terá a crença de que choveu, mas não terá uma “verdade”. Ao sair, se vir a calçada em frente ao seu edifício toda molhada, poderá reforçar sua idéia de que choveu. Mas ainda assim, não é certeza, pois alguém pode ter lavado a calçada. Ao ver carros estacionados na rua com os vidros molhados, terá nova evidência de que pode ter chovido, aumentando sua crença. Dessa forma, a força daquilo que mantemos como hipótese em nossa mente depende *essencialmente* dessas evidências externas, e não daquilo que achamos que pode ter ocorrido.

Distinção entre *inexplicado* e *inexplicável*

Esta é para os místicos: se um fenômeno ainda não foi explicado pela ciência, não dá para assumir que ele é inexplicável e, portanto, pertencente

a uma “outra realidade” que não aquela com a qual lidamos diariamente. Assim, se você presenciar um “guru” ou um “místico” qualquer fazendo algo que você não tem a menor idéia de como é feito — por exemplo, entortando colheres “com o poder da mente” ou coisas do gênero —, o simples fato de você se espantar e de não dispor de nenhuma explicação de como aquilo foi feito *não é*

truques

Na realidade, a grande maioria desses truques de salão — como entortar colheres, adivinhar cartas selecionadas ao acaso de um maço, reproduzir desenhos dentro de envelopes lacrados, verter perfume das mãos, etc. — são tradicionalmente executados por mágicos e ilusionistas há muito tempo. Mas pelo fato de os mágicos serem reticentes em revelar que truques usam — afinal, isto afetaria o seu desempenho profissional —, esses truques podem e são costumeiramente empregados por enganadores para proveito próprio, quando afirmam possuir “poderes paranormais”. A diferença entre um desses enganadores e um mágico profissional é que este último é claro em dizer que é apenas um truque e que sua intenção é puramente o entretenimento. Já os enganadores afirmam possuir esses “poderes” que os colocam em uma “categoria especial”. Realmente, são de uma categoria especial: a dos enganadores e manipuladores.

suficiente para achar que aquela pessoa é realmente “poderosa”. Bons mágicos vivem exatamente de fazer truques inacreditáveis. [☞truques]

Outras características do pensador crítico

Depois de ver as falhas típicas de discriminação, vamos ver agora uma série de características que são úteis ao pensamento crítico.

Mente aberta, mas nem tanto

Richard Dawkins, o famoso biólogo evolucionista, autor de diversos livros de esclarecimento científico para o público, tem uma frase que gostaria de citar aqui:

“Por todos os meios, vamos ter mente aberta, mas não tão aberta que nossos cérebros possam escapar”
Richard Dawkins⁸⁸

Claro, o pensador crítico precisa ter mente aberta. Precisa ser capaz de ouvir e ponderar os argumentos de quem lhe dirige a palavra. Precisa ser caridoso

com as propostas dos outros, ouvindo-as com atenção e interpretando-as da melhor forma possível. Mas isso tudo não deve atravessar a linha do bom-senso, aquela a partir da qual começa-se a tomar afirmações, opiniões e crenças como legítimas representantes de evidências e fatos. Considerar caridosamente os argumentos dos oponentes pode requerer nossa temporária adesão às premissas que eles oferecem, para constatarmos a validade lógica do que propõem. Mas isto não deve impedir, logo em seguida, nossa análise crítica e imparcial dessas premissas. Talvez esta frase consiga capturar um pouco mais a idéia central desse assunto:

“Eu nunca me proporia a morrer por minhas crenças, pois posso estar errado”
Bertrand Russell⁸⁹

Disposição para avaliar todas as evidências

O pensador crítico não pode se restringir à análise de apenas algumas evidências acerca de um assunto qualquer. Ele precisa ter interesse por todas elas, em especial por aquelas que tenham potencial de *refutar* as suas próprias crenças e hipóteses. A decisão final será tão boa quanto nossa imparcialidade em saber aferir não apenas as evidências que suportam nossas idéias e crenças, mas também aquelas que não suportam. Para isso, é necessário contar com disposição para questionar nossas próprias premissas. E isto implica também em *suspender o julgamento* sobre aquilo que temos em mãos caso constatemos não haver evidências suficientes. A simples suspensão de julgamento, entretanto, não é o final da história: ela somente aponta para que direção devemos caminhar para providenciar as informações de que necessitamos. Também relacionado a este tópico está a idéia de *evidências neutras*, ou seja, aquelas que são consistentes com nossa conclusão, mas também consistentes com o *oposto* do que concluímos. Neste caso, *não devemos* usá-las para aumentar nossa crença em nossa conclusão. Como exemplo, imagine que você esteja atuando como consultor para discutir o posicionamento de seu país em relação a uma disputa comercial internacional. Chega a você a informação de que o outro país ofereceu uma pequena concessão na disputa. Essa concessão é tal que pode ser interpretada tanto como uma intenção de colaboração quanto como uma forma de sedução consistente com uma futura traição. Essa evidência, portanto, não pode ser interpretada como significativa para a idéia de que o outro país está cedendo, pois ela pode ser usada como apoio para ambos os lados da questão.

Considerar explicações alternativas

Quando temos algum evento misterioso e desconhecido à nossa frente, fica sedutor postularmos uma hipótese “esotérica” para explicá-lo. Se nos deixarmos levar pelo que parece ser mais interessante no momento, poderemos ficar à mercê do chamado *pensamento esperançoso* (wishful thinking). O pensador crítico não deve se contentar em achar uma explicação plausível. A busca de outras hipóteses mais coerentes — embora, talvez, menos interessantes — pode nos fazer ver o evento dentro de um contexto mais racional. Como exemplo, é freqüente ficarmos alarmados com as predições de escassez de combustível fóssil. Há algum tempo, algumas predições catastrofistas diziam que o petróleo não iria durar mais do que a primeira década do Século XXI. Essas predições precisam ser analisadas de forma racional. É inquestionável que as reservas de petróleo são finitas. Mas há um fator novo, que decorre de nossa habilidade de *extração e potencialização* de energia proveniente desse tipo de recurso natural. Essa habilidade tem crescido muito ultimamente, devido, essencialmente, ao nosso maior conhecimento tecnológico. Assim, embora estejamos certamente consumindo muito petróleo, nossa capacidade de *extração de energia* do petróleo tem compensado, e em alguns casos, até mesmo superado, o ritmo de decréscimo desse recurso⁹⁰.

Reavaliar conclusões em face de novas evidências

Quando novos fatos e evidências são trazidos a nossa frente, existe uma tentação grande em distorcermos a interpretação dos fatos para que eles caibam dentro da teoria que temos cultivado. Ao pensar criticamente, devemos avaliar até que ponto este procedimento não está escondendo um outro lado da questão: *podemos estar errados*. Hipóteses que refutem nossas idéias originais têm que ser investigadas com racionalidade e isenção. Em outras palavras, *aceite mudar de opinião* quando necessário. Mudar de idéia, nesses casos, não é sinal de fraqueza, mas sim demonstração de que você está interessado em se aproximar da verdade, e não de “estar certo o tempo todo”.

Considerar os críticos da idéia

Praticamente toda idéia colocada por uma pessoa tem um outro grupo de pessoas que pensam de forma exatamente oposta. É extremamente difícil encontrar questões que sejam universalmente encaradas da mesma forma. Quem está certo? Parece importante estarmos preparados para argumentar e defender as nossas idéias com racionalidade. Mas isso não significa que devemos fechar nossos olhos a todos os argumentos em contrário. Devemos, sim, investigá-los e ponderá-los, até mesmo, como vimos, para eventualmente reconsiderar nossa opinião. Mas o ato de mudar de opinião requer

que a nova posição que adotemos seja suficientemente poderosa para explicar de modo convincente *as mesmas* evidências que tínhamos em nosso caso anterior. Mudar de opinião é algo que deve ocorrer quando a outra argumentação *consegue ir mais longe* do que a antiga. Assim, uma nova teoria tem que explicar, além das novas evidências, todas as antigas também.

Procurar por mecanismos causais plausíveis

A confusão ou mau estabelecimento de relações de causa e efeito é um ponto que precisa de muita atenção. Um dos importantes princípios que aprendemos com estatística, já mencionado em um outro capítulo, é a idéia de que “Correlação não implica em causalidade”. Como exemplo, diversas pesquisas apontam para uma melhor situação geral de saúde nas pessoas que trabalham, quando comparadas a pessoas que não trabalham. Isto é fato, há estatísticas demonstrando esse efeito. É fácil concluir, apressadamente, que trabalhar seria bom para a saúde. Isto seria equivalente a propor um mecanismo causal, ou seja, trabalhar *causaria* melhor disposição de saúde e é muito fácil propor esta idéia em livros de “auto-ajuda”. Entretanto, para afirmar isso é necessário mais do que uma simples correlação. A forma mais fácil de observar isso é inverter a interpretação: são exatamente as pessoas mais saudáveis que tem

condições de ir ao trabalho — ou condições de serem empregadas. [↔inversão] Dessa forma, todo esse efeito — e a falsa conclusão causal — não passam de artifício de interpretação de uma correlação, não raro associado a outras motivações. [↔saúde] O pensador crítico precisa estar

consciente de que essa ligação pela correlação precisa de mais substanciação para virar uma ligação causal aceitável. Uma forma de procurar obter essa substanciação seria através da elaboração de hipóteses que pudessem explicar parte dessa correlação. Uma forma racional de investigar isso, por exemplo, seria propor que o sistema imunológico das pessoas se torna mais debilitado quando essas pessoas estão ociosas do que quando estão trabalhando. Mas simplesmente criar essa hipótese nada significa. É preciso, agora, criar experimentos que possam confirmar ou refutar essa hipótese, seguindo a estratégia de investigação científica que mencionamos rapidamente no capítulo 3.

inversão

A inversão da interpretação — tentar sustentar o *oposto* do que a conclusão diz — é uma das ótimas técnicas que o pensador crítico deve manter em seu arsenal. Caso essa inversão de interpretação seja sustentável — não raro pelas próprias premissas que sustentam o caso original — então não há base racional para concluir pelo argumento original.